

O Estado de São Paulo
Quinta-feira, 11 de dezembro de 1997

Pompa e circunstância

Visita ao Reino Unido foi marcada pela afinidade política entre Blair e FHC

MARCELO DE PAIVA ABREU

A rota londrina é conhecida desde muito tempo por presidentes brasileiros. A popularidade do destino está intimamente associada à importância da City como fonte de recursos para o Brasil. Diversos presidentes eleitos da Velha República visitaram Londres antes da posse, sempre reservando espaço na agenda para a visita aos Rothschilds, banqueiros da república desde a independência. Campos Sales fez a mais famosa destas visitas, em 1897, referendando o plano de estabilização que depois levaria o nome de Joaquim Murinho. Mas outros refizeram o caminho, sendo o último Júlio Prestes, o candidato presidencial vitorioso que não tomaria posse por causa da revolução de 30. O hábito foi esporadicamente retomado por presidentes eleitos desde a década de 50.

Por coincidência, muitas das mais importantes visitas de políticos brasileiros ao Reino Unido ocorreram quando o Labour Party estava no poder. Até mesmo a de Júlio Prestes, foi durante o segundo governo trabalhista, sob MacDonald. Essa peculiaridade não fez nenhuma diferença quanto ao tratamento oferecido ao Brasil, sempre tratado como país de finanças avariadas buscando empréstimos em Londres que permitissem o financiamento de gastos quase sempre extravagantes.

De fato, foi no governo Attlee, retumbantemente vitorioso nas eleições de 1945 contra os conservadores liderados por Churchill, que se registrou um dos mais surpreendentes episódios da história financeira anglo-brasileira. João Neves de Fontoura, ministro das Relações Exteriores do Brasil, havia visitado Londres em 1946 com o objetivo de convencer o governo britânico a liderar os créditos acumulados pelo Brasil durante a guerra para adquirir bens necessários ao reequipamento da economia brasileira. Poucas vezes na História terá um diplomata brasileiro se equivocado tão dramaticamente quanto ao resultado de suas gestões. Apesar de otimistas telegramas para o presidente Dutra, nunca houve a menor possibilidade de que os britânicos concordassem com o pleito brasileiro. Era impossível conciliar o pagamento desses créditos com a volta da libra à conversibilidade. Apesar de os créditos brasileiros serem relativamente modestos, Hugh Dalton, professor da London School of Economics, e primeiro-chanceler do erário do governo Attlee, aproveitou um jantar da Câmara de Comércio Brasileira para sugerir que tais dívidas representavam uma “carga irreal, injusta e insuportável que deve ser reduzida substancialmente”. A base para a peroração era o fato de que o perdão financeiro seria a contrapartida natural do esforço de guerra britânico. Depois de muitas peripécias esses créditos brasileiros foram usados para comprar vetustas ferrovias britânicas no Brasil e resgatar dívida externa brasileira ao par.

Após um longo interregno, explicado pela introspecção autárquica que dominou o País bem como pela dominância da relação prioritária com Washington, o presidente Geisel fez, em 1976, uma visita de Estado ao Reino Unido. Entretanto, a julgar pelas reminiscências do general, em depoimento recentemente publicado, e pelas memórias do então embaixador Roberto Campos, a visita esteve longe de ser um sucesso. No plano pessoal e, mais ainda, no plano político, seria

difícil encontrar afinidades entre Geisel e James Callaghan, o primeiro-ministro trabalhista que havia sucedido a Harold Wilson. O único resultado concreto da visita seriam créditos para o desastroso projeto da Açominas, que ocupa lugar de destaque na longa lista de projetos ineptos iniciados na década de 70.

A visita do presidente Fernando Henrique ao Reino Unido pode ter marcado uma interrupção dessa história melancólica. O impacto na opinião pública do lado alegórico da visita de Estado não parece substancial e será certamente fugaz. Foi reiterado o já conhecido: a posição destacada do presidente quando comparado a seus antecessores em termos de prestígio internacional na academia e fora dela. O lado Campos Sales da visita era previsível: o presidente e seus auxiliares aproveitaram o acesso a plateias qualificadas para dar o recado quanto à adequação da resposta brasileira à desestabilização financeira oriunda dos mercados asiáticos. Mas a semelhança para aí. Nenhum Ouro Preto poderá sugerir, como fez em relação a Campos Sales, comportamento inadequado do presidente ou do governo brasileiro.

O ângulo novo da visita é que, rompendo uma longa história de relações essencialmente protocolares, pela primeira vez faz algum sentido pensar em convergência política entre os líderes dos dois países. Um elemento importante da afinidade entre o presidente e Tony Blair, o primeiro-ministro trabalhista, provavelmente decorre da semelhança dos problemas enfrentados por ambos na conciliação de posições claramente pró-mercado com bases eleitorais pelo menos em parte na esquerda ou no centro-esquerda dos respectivos espectros políticos. Na prática política os dois líderes vêm buscando conciliar objetivos tradicionais da socialdemocracia, tais como redução de desigualdades, com a redução do escopo de atividades do Estado e a criação de marcos regulatórios adequados ao estímulo da concorrência.

Embora qualquer otimismo quanto às implicações concretas dessa aproximação deva ser mitigado pelas restrições impostas pela relação tradicionalmente próxima entre Estados Unidos e Reino Unido, há alguma possibilidade de desdobramentos favoráveis à política externa brasileira. O apoio britânico poderá ser de utilidade na União Europeia criando alternativa interessante às relações tradicionalmente mais próximas com os membros ibéricos da União. Poderá ser também relevante no quadro das relações do Brasil com o G7 e da reformulação das Nações Unidas, embora aí a autonomia britânica em relação aos EUA seja duvidosa.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.